

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2020 foi desafiador para todos. O enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus tem sido marcado por fortes desequilíbrios econômicos e sociais. Para a INVESTCO, o desafio não foi diferente: trabalhamos arduamente para mitigar a crise e reduzir seus impactos em nosso empreendimento.

Nesse sentido, foi implementado um plano de continuidade da operação, de forma a garantir, em primeiro lugar, a segurança de todos os colaboradores e o fornecimento de energia ao País, com a manutenção de um padrão operacional de excelência. Medidas como os regimes de trabalho em home office para as áreas administrativas, bem como o trabalho em confinamento com base em rígidos protocolos sanitários para as áreas operacionais - cujo trabalho presencial é indispensável -, garantir uma performance de superação. Os resultados alcançados trouxeram os melhores indicadores operacionais da Usina Hidrelétrica de Lajeado desde o início de sua operação, com uma taxa de falha de 0,31 e uma disponibilidade de 98,3% - fruto da execução de todo o plano de manutenção das unidades geradoras e seus auxiliares, além das modernizações previstas para o ano.

A busca pela superação dos desafios enfrentados no último ano não se limitou aos aspectos técnicos, abrangendo também outras frentes essenciais para o desenrolar das atividades da empresa. Neste contexto, foi feita a migração dos treinamentos para formatos remotos e digitais, com acompanhamento semanal, pela liderança, para monitoramento da evolução do cenário de pandemia e implementação, de forma imediata, das devidas correções de rota. Os resultados dessas iniciativas foram o pleno atendimento a condicionantes da licença de operação, à legislação trabalhista e ao plano de desenvolvimento da equipe. Não por acaso, em 2020 a UHE Lajeado foi reconhecida entre as usinas com melhor desempenho no ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Na frente social, destinamos mais de R\$ 3 milhões a projetos de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. Para mitigar os impactos da COVID-19, mais de 800 famílias foram beneficiadas com a entrega de cestas básicas e iniciativas no campo da Saúde. Além disso, com o apoio do Instituto EDP, patrocinamos projetos esportivos e culturais que beneficiaram mais de 1.300 jovens e crianças de escolas públicas, fomentando o protagonismo infantil-juvenil.

O ano de 2020 reinventou a maneira como vivemos, instituindo o "novo normal", ampliando nossa resiliência e capacidade de adaptação. Em 2021, enfrentaremos desafios semelhantes, mas com um novo fôlego, mantendo nosso compromisso de melhoria contínua e segurança no trabalho, com foco no aperfeiçoamento do relacionamento com os stakeholders e na valorização da nossa cultura, peças-chave para o desempenho da Investco S.A.

Por fim, gostaríamos de agradecer aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pela dedicação e comprometimento de sempre.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 505,1 MW.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2020, a Investco S.A. que opera e mantém a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado") gerou 3.777 GWh de energia, valor 31,1% maior do que os 2.881 GWh gerados em 2019, devido ao maior tempo de operação sincronizada ao sistema por despacho do ONS. A UHE Lajeado continua mantendo o desempenho histórico, com disponibilidade acumulada (60 meses) ao final de 2020 no valor de 98,3%, 0,7 pontos percentuais acima dos 97,6% ao final de 2019.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		2020	2019	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.157.932	1.142.690	1,3%
Patrimônio líquido	R\$ mil	909.309	919.644	-1,1%
Dívida líquida	R\$ mil	10.039	54.458	-81,6%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,01	0,06	-81,4%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,09	0,35	-74,7%
DRE				
Receita Líquida	R\$ mil	146.886	188.053	-21,9%
Gastos gerenciais*	R\$ mil	(69.779)	(70.143)	-0,5%
Gastos não-gerenciais	R\$ mil	(1.819)	(1.514)	20,1%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	75.288	116.396	-35,3%
EBITDA	R\$ mil	114.358	157.189	-27,2%
Resultado financeiro	R\$ mil	(34.434)	(24.702)	39,4%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	40.854	91.694	-55,4%
Lucro líquido	R\$ mil	34.442	72.075	-52,2%
* inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	77,85%	83,59%	-5,7%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	23,45%	38,33%	-14,9%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2020	2019	%
Receita operacional líquida	146.886	188.053	-21,89%
Gastos não gerenciais	(1.819)	(1.514)	20,1%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.148)	(51)	2151,0%
Encargos de uso da rede elétrica	(671)	(1.463)	-54,1%
Margem bruta	145.067	186.539	-22,2%
Gastos gerenciais	(69.779)	(70.143)	-0,5%
Total PMSO	(30.709)	(29.350)	4,6%
Pessoal	(17.283)	(14.840)	16,5%
Materiais	(1.068)	(1.028)	-3,9%
Serviços de terceiros	(10.442)	(10.565)	-1,2%
Arrendamentos e aluguéis	5	(67)	-107,5%
Provisões e contingências	(373)	620	-160,2%
Outros gastos gerenciais	(1.548)	(3.470)	-55,4%
Depreciação e amortização	(39.070)	(40.793)	-4,2%
Depreciação	(35.450)	(42.132)	-15,9%
Amortização	(3.620)	1.339	-370,4%
Resultado do serviço (EBIT)	75.288	116.396	-35,3%
EBITDA	114.358	157.189	-27,2%
Margem EBITDA	77,9%	83,6%	-6,9%
Resultado financeiro líquido	(34.434)	(24.702)	39,4%
Receitas financeiras	2.278	2.798	-18,6%
Despesas financeiras	(36.712)	(27.500)	33,5%
LAIR	40.854	91.694	-55,4%
Imposto de renda e contribuição social	(6.412)	(19.619)	-67,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.318)	(20.891)	-31,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.906	1.272	521,5%
Lucro líquido	34.442	72.075	-52,2%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 146,9 milhões em 2020, decréscimo de 21,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de R\$ 41,2 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está incluída a remuneração dos custos operacionais.

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2020 (R\$ mil)			2019 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)		146.886,00			188.053,00	
Resultado operacional (RO)		75.288,00			116.395,00	
Folha de pagamento bruta (FPB)		12.457,24			13.275,93	
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.031,09	8,28%	0,70%	922,36	6,95%	0,49%
Encargos sociais compulsórios	2.861,64	22,97%	1,95%	2.631,24	19,82%	1,40%
Previdência privada	70,15	0,56%	0,05%	374,22	2,82%	0,20%
Saúde	752,21	6,04%	0,51%	590,93	4,45%	0,31%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	47,33	0,36%	0,03%
Educação	-	0,00%	0,00%	11,17	0,08%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	207,32	1,66%	0,14%	233,00	1,76%	0,12%
Capacitação e desenvolvimento profissional	40,46	0,32%	0,03%	169,66	1,28%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	37,99	0,30%	0,03%	34,07	0,26%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	1.457,82	11,70%	0,99%	1.266,27	9,54%	0,67%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	109,32	0,88%	0,07%	36,86	0,28%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	6.568,00	52,72%	4,47%	6.317,10	47,58%	3,36%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	398,00	0,53%	0,27%	120,00	0,10%	0,06%
Cultura	1.705,00	2,26%	1,16%	1.231,50	1,06%	0,65%
Saúde e saneamento	434,00	0,58%	0,30%	481,11	0,41%	0,26%
Esporte	573,00	0,76%	0,39%	404,27	0,35%	0,21%
Combate à fome e segurança alimentar	52,81	0,07%	0,04%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	157,94	0,14%	0,08%
Total das contribuições para a sociedade	3.162,81	4,20%	2,15%	2.394,82	2,06%	1,27%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	3.162,81	4,20%	2,15%	2.394,82	2,06%	1,27%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	3.879,06	5,15%	2,64%	2.704,27	2,32%	1,44%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente*	3.879,06	5,15%	2,64%	2.704,27	2,32%	1,44%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2020	2019				
Nº de empregados(as) ao final do período	71	65				
Nº de admissões durante o período	5	5				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	44	63				
Nº de estagiários(as)	0	0				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	14	9				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	0	14				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%	0%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	5	5				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%	0%				
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0	0				
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020	2019				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	10,93	11,67				
Número total de acidentes de trabalho	0	0				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	NA	NA	NA	NA	NA	NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		109.610,00			153.050,00	
		governo: 21%			governo: 26%	
		acionistas: 20%			acionistas: 25%	
		colaboradores: 14%			colaboradores: 8%	
		retido: 11%			retido: 22%	
		terceiros: 34%			terceiros: 18%	

7 - Outras Informações
 N/A - Não Aplicável.
 (1) - Observação 1
 (2) - Observação 2
 (3) - Observação 3

*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção

Os **Gastos Não Gerenciais** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 1,8 milhões em 2020, 20,1% maior que o período anterior.

O **Total de PMSO** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 30,7 milhões no ano de 2020, representando um aumento de 4,6% em relação ao ano de 2019.

No ano de 2020 o **EBITDA** alcançou R\$ 114,3 milhões, valor 27,2% inferior ao alcançado no ano de 2019, devido à menor receita de arrendamento do período. A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 39,1 milhões, 4,2% inferior ao ano de 2019 em decorrência da finalização de depreciação antecipada ocorrida em 2019 de equipamentos que foram doados para a Taesa.

O **Resultado Financeiro líquido** em 2020 foi negativo em R\$ 34,4 milhões, 39,4% superior ao ano de 2019, decorrente do aumento de despesas financeiras, mais especificamente em encargos de dívidas e atualizações de UBP ao índice IGFPM.

O **Imposto de Renda e contribuição social** em 2020 foi negativo em R\$ 6,4 milhões, 67,3% menor que 2019, decorrente do menor resultado operacional no ano de 2020.

No ano de 2020 a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 34,4 milhão, queda de 52,2% em relação ao mesmo período do ano passado, decorrente dos efeitos mencionados anteriormente.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2020 totalizaram R\$ 7,1 milhões sendo: R\$ 6,8 milhões em máquinas e equipamentos e R\$ 0,3 milhões em outros investimentos, 14,7% superior ao ano de 2019.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	2020	2019	var. %
(+) Dívida bruta	98.591	92.320	6,8%
(-) Disponibilidades	(88.552)	(37.862)	133,9%
(=) Dívida líquida	10.039	54.458	-81,6%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 98,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 88,5 milhões de caixa e disponibilidades, a dívida líquida alcançou R\$ 10 milhões em 31 de dezembro de 2020, decréscimo de 81,6% em relação ao ano de 2019. Essa variação ocorreu, em maior parte, atestado pela redução do Lucro Operacional da empresa, conforme destacado anteriormente e, consequentemente, menor distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio em 2020.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14.001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2020 a certificação nas três normas: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizem os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais. Em 2020, foram aportados mais de R\$ 3,9 milhões entre gastos e investimentos voltados a proteção ambiental.

Em 2020, a UHE Lajeado continuou no ranking das melhores usinas do Brasil da ANEEL, ficando em 2º lugar entre as mais de 100 usinas avaliadas pelo órgão regulador após campanha de fiscalização realizada entre dezembro de 2019 e abril de 2020. A UHE recebeu nota máxima em quatro dos seis tópicos avaliados: meio ambiente, segurança, gestão da operação, gestão da manutenção e operação e manutenção.

Além disso, a Investco recebeu da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, pela terceira vez, o prêmio Empresário Amigo do Esporte, sendo apontada como a organização que mais apóia o esporte no Tocantins.

CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Central de Atendimento: Para promover o diálogo constante com as comunidades do entorno do reservatório, além dos atendimentos formais e presenciais, a Investco mantém uma Central de Atendimento com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

Devido a pandemia da Covid-19, com a finalidade de evitar aglomerações e de contribuir com o isolamento social, a maioria dos atendimentos aconteceu por meio de ligações telefônicas e e-mails, salvo algumas exceções, cujos atendimentos aconteceram mediante agendamento e seguindo os protocolos de segurança contra a disseminação do coronavírus. Cartazes foram afixados no prédio da Investco em locais de fácil visibilidade, informando sobre os atendimentos e formato de trabalho da usina e escritório em Palmas.

Site: Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. Além das principais informações sobre a empresa estarem no site, no botão "Contatos" os visitantes conseguem enviar mensagens que serão atendidas pelas áreas competentes.

As informações sobre os atendimentos e formato de trabalho da usina e escritório em Palmas, durante a pandemia da Covid-19, foram disponibilizadas no site.

Publicações em Jornais e Diário Oficial: Por meio dos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local.

Comerciais via rádio: Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. A Investco veicula comerciais em

BALANÇO PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		3	88.552	37.862
Concessionárias		5	1.288	2.130
Rendas a receber		6	12.698	16.577
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		7	10.880	8.679
Outros tributos compensáveis		7	1.034	1.394
Estoques		10	7.205	6.932
Prêmio de risco - GSF		11	48	48
Outros créditos		12	143	165
Total do Ativo Circulante			121.848	73.787
Não circulante				
Depósitos vinculados		20	947	672
Prêmio de risco - GSF		11	347	395
Outros créditos		12	506	664
			1.800	1.731
Imobilizado		13	1.015.103	1.043.808
Intangível		14	19.181	23.364
			1.034.284	1.067.172
Total do Ativo Não circulante			1.036.084	1.068.903
TOTAL DO ATIVO			1.157.932	1.142.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Nota	2020	2019
Receitas		22	146.886	188.053
Custo da produção e do serviço de energia elétrica		23		
Custo do serviço de energia elétrica			(1.819)	(1.514)
Custo de operação			(57.792)	(57.527)
			(59.611)	(59.041)
Lucro bruto			87.275	129.012
Despesas e Receitas operacionais		23		
Despesas gerais e administrativas			(11.762)	(11.430)
Outras despesas e receitas operacionais			(225)	(1.186)
			(11.987)	(12.616)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos			75.288	116.396
Resultado financeiro		24		
Receitas financeiras			2.278	2.798
Despesas financeiras			(36.712)	(27.500)
			(34.434)	(24.702)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			40.854	91.694
Tributos sobre o lucro		25		
Imposto de renda e contribuição social correntes			(14.318)	(20.891)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			7.906	1.272
			(6.412)	(19.619)
Lucro líquido do exercício			34.442	72.075
Resultado por ação atribuível aos acionistas		26		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			0,05921	0,13080
ON			0,01223	0,01223
PNR			0,05921	0,13080
PNA			0,03669	0,03669
PNB			0,05921	0,13080
PNC				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2020	2019
Lucro líquido do exercício		34.442	72.075
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego		69	(344)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(22)	117
		47	(227)
Resultado abrangente do exercício		34.489	71.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2020	2019
Geração do valor adicionado		169.619	228.364
Receita operacional		162.213	207.495
Receita relativa à construção de ativos próprios		7.227	20.869
Outras receitas		179	
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(23.098)	(37.287)
Custos da energia comprada		(1.270)	(61)
Encargos de uso da rede elétrica		(734)	(1.608)
Materiais		(3.540)	(6.258)
Serviços de terceiros		(15.572)	(26.641)
Outros custos operacionais		(1.982)	(2.719)
Valor adicionado bruto		146.521	191.077
Retenções		(39.293)	(40.987)
Depreciações e amortizações			
Valor adicionado líquido produzido		107.228	150.090
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		2.382	2.960
Valor adicionado total a distribuir		109.610	153.050
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		11.690	10.087
Benefícios		2.596	2.226
FGTS		732	637
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		23.153	40.286
Estaduais		161	39
Municipais		124	132
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		36.712	27.500
Aluguéis			67
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio		22.012	38.645
		97.180	119.619
Lucros retidos		12.430	33.431
		109.610	153.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**
A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
1.1 Concessão
A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWh.
A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.
Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.
Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. O contrato de arrendamento não está no alcance do CPC 06 (R2), conforme avaliação contábil elaborada pela Administração da Companhia, uma vez que na essência se trata de um negócio, e não um ativo.
1.1.1 Uso do bem público
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$5.378, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$58.770 (R\$50.189 em 31 de dezembro de 2019). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.
1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de janeiro de 2021. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.
2.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.
2.4 Uso de estimativas e julgamentos
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 12.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 6 e 22); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 20.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 20.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15	4.472	3.320
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7		998
Outros tributos a recolher	7	5.943	3.138
Dividendos	16	21.491	8.634
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	5.108	1.807
Benefícios pós-emprego	18	55	33
Uso do bem público	19	6.411	5.181
Provisões	20	4.556	5.368
Outras contas a pagar	12	3.071	3.097
Total do Passivo Circulante		51.107	31.576
Não circulante			
Tributos diferidos	8	24.952	32.832
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	93.483	90.513
Benefícios pós-emprego	18	1.501	1.393
Uso do bem público	19	52.360	45.008
Provisões	20	23.695	20.343
Outras contas a pagar	12	1.533	1.381
Total do Passivo Não circulante		197.524	191.470
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	804.459	804.459
Reservas de capital	21.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	21.3	90.225	100.615
Outros resultados abrangentes		144	97
Total do Patrimônio líquido		909.301	919.644
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.157.932	1.142.690

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro			40.854	91.694
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciações e amortizações			39.070	40.793
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			178	2.801
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos			15.964	16.723
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			13.942	6.027
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			2.401	2.967
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			4.593	699
Outros			(240)	1.388
			116.762	163.092
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias			842	(216)
Imposto de renda e contribuição social a compensar			(934)	(1.288)
Estoques			(273)	(979)
Cauções e depósitos vinculados			(249)	(5)
Rendas a receber			3.879	(3.895)
Outros ativos operacionais			178	795
			3.443	(5.588)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores			1.152	(2.166)
Outros tributos a recolher			(548)	(2.135)
Benefícios pós-emprego			5	(4)
Provisões			(3.945)	(7.765)
Uso do bem público			(5.360)	(5.134)
Outros passivos operacionais			937	(2.463)
			(7.759)	(19.667)
Caixa proveniente das atividades operacionais			112.446	137.837
Imposto de renda e contribuição social pagos			(16.707)	(20.915)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			95.739	116.922
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao Imobilizado e Intangível			(7.094)	(6.358)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(7.094)	(6.358)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(28.674)	(57.679)
Pagamentos de encargos de dívidas			(8.794)	(16.396)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos			(487)	(388)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	28.1		(37.955)	(74.463)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			50.690	36.101
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			88.552	37.862
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			37.862	1.761
			50.690	36.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)		Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		804.459	14.473	76.622	324	-	895.878
Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2019				(9.437)			(9.437)
Lucro líquido do exercício						72.075	72.075
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal			3.604				

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)
A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

3.2 Medidas implementadas pela Administração da controladora EDP - Energias do Brasil
A Administração da EDP - Energias do Brasil e de suas controladas vêm aplicando ações a fim de assegurar a segurança de seus colaboradores. A implementação destas ações está alinhada com as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e das entidades oficiais de saúde nos diferentes países onde o Grupo atua.

3.3 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil em auxílio à sociedade
O Grupo EDP - Energias do Brasil, comprometido com seus colaboradores, clientes e população, acompanha continuamente a evolução do cenário referente a COVID-19 e está à frente de diversas iniciativas sociais, como: (i) doação de R\$6 milhões à organização social Comunitas para a compra de respiradores hospitalares, equipamentos essenciais para a sobrevivência e recuperação de pacientes graves da COVID-19, em São Paulo; (ii) destinação de R\$2,6 milhões de recursos próprios, ao lado da EDP Renováveis para apoiar iniciativas voltadas ao enfrentamento da COVID-19 em comunidades carentes de todo o Brasil; (iii) doação de R\$1 milhão para o estado do Espírito Santo, para compra de insumos de proteção individual, equipamentos e medicamentos para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim; e (iv) doação de R\$130 mil em insumos hospitalares para Secretaria da Saúde do Ceará.

3.4 Impacto nas demonstrações financeiras
Neste cenário foram sentidos também efeitos econômicos que impactaram e deverão impactar a Companhia nos próximos períodos, cujas principais análises estão destacada abaixo:

3.4.1 Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros
No exercício, a divulgação do MTM (Mark-to-Market) dos ativos e passivos financeiros, que deve refletir as condições e taxas atuais de mercado, foi revisada e os impactos estão demonstrados na Nota 27.1.1.

3.4.2 Benefício Pós-Emprego (BPE)
A Administração da Companhia efetuou avaliação buscando identificar o comportamento das taxas de desconto que são base para o cálculo de Benefícios Pós-Emprego (títulos públicos da modalidade Tesouro IPCA) no exercício e entendeu que ocorreram impactos da COVID-19 nas mesmas, estando, portanto, os efeitos do recálculo do passivo efetuado na data-base 31 de dezembro de 2020, atualizados, demonstrados na nota 18.

3.5 GSF (Generation Scaling Factor)
O Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, o projeto necessitava de aprovação no Senado e a sanção presidencial. No Senado, o Projeto de Lei do Senado nº 3.975/19 obteve o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em 13 de agosto de 2020, foi deliberado e aprovado em plenário, e sancionado pela presidência em 08 de setembro de 2020.

Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL. Em 23 de setembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 56/20, para obter subsídios para o aprimoramento da proposta da regulamentação da Lei nº 14.052/20, com prazo de 30 dias. A Consulta discutiu junto aos agentes os critérios e dados dos cálculos de ressarcimento, além de aspectos contratuais e jurídicos, como a documentação para extensão de outorga e aditivos dos contratos. Em 16 de outubro de 2020, a CCEE, por meio da referida Consulta Pública, entregou proposta contendo estimativa de valores do cálculo completo do GSF, a Consulta encerrou-se em 23 de outubro, recebendo 151 contribuições.

Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, encerrando a etapa de regulamentação. Atendendo às contribuições de diversos agentes (entre as quais está a Companhia), a Agência aperfeiçoou a minuta inicialmente submetida, incluindo mais dois fatores que aumentarão a estimativa inicial: (i) custo de capital incorrido pelos geradores em períodos não protegidos por liminares desde o início do cálculo retroativo de riscos não hidrológicos, em 2012; e (ii) atrasos na implantação de transmissão para escoamento da energia de Belo Monte, notadamente em relação aos atrasos da Abengoa. Dado que as contribuições aceitas demandam aprimoramentos nos motores de cálculo da CCEE, a Aneel deu prazo de 90 dias - contados a partir da publicação da Resolução - para que a CCEE atualize e apresente os dados de reprodutibilidade e novos montantes financeiros, seguidos posteriormente pelos prazos de publicação do ativo regulatório por agente e pedido de adesão à repactuação.

Conhecidos os valores, o aceite da proposta implicará abrir mão de futuros questionamentos judiciais da matéria pelas usinas e a desistência da participação na ação judicial da APINE, com o respectivo pagamento dos valores hoje protegidos por liminar. Com base nas informações, e considerando a Lei nº 14.052/20, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, embora não tenha sido alcançado o início de pagamentos ainda em dezembro de 2020, o resultado da regulamentação foi benéfico aos agentes hidrelétricos, uma vez que foi reconhecido o direito à indenização por danos adicionais ao MRE que não haviam sido considerados na proposta inicial. Ademais, a CCEE apontou publicamente que possibilitará parcelamento dos débitos, dando celeridade ao desatramento do MCP, que represa R\$8,9 bilhões. Os valores de GSF a serem pagos serão compensados no crédito que já consta na CCEE (posição líquida do agente).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Table with 3 columns: Description, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Bancos conta movimento, Aplicações financeiras, Certificados de Depósitos Bancários - CDB, Total, Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 100,00% a 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

5 Concessionárias

Table with 3 columns: Description, Circulante 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Concessionárias, Suprimento de energia elétrica, Energia de curto prazo, Encargos de uso da rede elétrica, Total.

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Table with 10 columns: Concessionárias, Relacionamento, Preço praticado (R\$/MWh), Duração, Circulante 31/12/2020, 31/12/2019, Ativo Não circulante 31/12/2020, 31/12/2019, Passivo Não circulante 31/12/2020, 31/12/2019, Resultado Operacionais 2020, 2019. Rows include Suprimento de energia elétrica, Fornecedores, Rendas a receber (Nota 6), Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12), Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a), Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b), Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c), Contrato de prestação de serviços (d), Reembolso de prêmio de seguro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2). As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. (a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2019, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc. O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 01 de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA.

9.1 Controladora direta e Controladora final
A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro

Table with 10 columns: Description, 2020, 2019. Rows include Remuneração (a), Benefícios de curto prazo (b), Total.

- CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis. A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.5.

6 Rendas a receber

Table with 3 columns: Description, Circulante 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Lajeado Energia, Paulista Lajeado, CEB Lajeado, Total.

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 9). Este arrendamento é contabilizado mensalmente, sendo a operação da usina de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado. O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. A variação no exercício da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e Aluguéis (Nota 22), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devida o IPCA realizado em 2019 ser menor que o IPCA que havia sido projetado para o exercício, houve um decréscimo refletido no CA; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2020 em relação ao exercício anterior de 0,4 p.p..

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Table with 7 columns: Description, Nota, Saldo em 31/12/2019, Adição, Atualização monetária, Adiantamentos/Pagamentos, Transferência, Saldo em 31/12/2020. Rows include Ativos compensáveis, Passivos a recolher, Total Circulante, Total Não Circulante.

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 Imposto de renda e contribuição social
O montante de R\$10.880 refere-se substancialmente ao impacto da Lei 13.670/18, onde está vedada à compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

7.2 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio
Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$4.200 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2020 a ser liquidado durante o exercício de 2021.

8 Tributos diferidos

Table with 3 columns: Description, Nota, Passivo Não circulante 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include PIS e COFINS, Imposto de renda e contribuição social, Total.

8.1 Imposto de renda e contribuição social
São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e considerando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

8.1.1 Composição
Natureza dos créditos, Nota, Ativo Não circulante 31/12/2020, 31/12/2019, Passivo Não circulante 31/12/2020, 31/12/2019, Resultado 2020, 2019, Patrimônio Líquido 2020, 2019. Rows include Diferenças temporárias, Benefício pós-emprego, Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, Uso do bem público - CPC 25, Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39, Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes, Licenças ambientais, Compromissos futuros, Outras, Total bruto, Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos, Total.

8.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis
Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 17).

8.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos
Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Table with 7 columns: 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026 a 2028, Total Não circulante. Rows include 3.702, 3.702, 3.702, 2.573, 2.573, 7.719, 23.971.

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 16) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 17), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Table with 10 columns: Description, Relacionamento, Preço praticado (R\$/MWh), Duração, Circulante 31/12/2020, 31/12/2019, Ativo Não circulante 31/12/2020, 31/12/2019, Passivo Não circulante 31/12/2020, 31/12/2019, Resultado Operacionais 2020, 2019. Rows include Concessionárias, Fornecedores, Rendas a receber (Nota 6), Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12), Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a), Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b), Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c), Contrato de prestação de serviços (d), Reembolso de prêmio de seguro.

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

Table with 6 columns: 2020, 2019. Rows include Diretoria Estatutária, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária, Conselho de Administração, Conselho Fiscal. Rows include Número de membros, Valor da maior remuneração individual, Valor da menor remuneração individual, Valor médio da remuneração individual.

10 Estoques
A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2020 de R\$7.205 (R\$6.932 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 13) pelo montante, em 31 de dezembro de 2020, de R\$921 (R\$796 em 31 de dezembro de 2019).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

11 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao Generation Scaling Factor - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$395 (R\$443 em 31 de dezembro de 2019), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados R\$48 (R\$48 em 2019).

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Table with 5 columns: Description, Nota, Circulante 31/12/2020, 31/12/2019, Não circulante 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Outros créditos - Ativo, Outras contas a pagar - Passivo, Total, 12.1 Arrendamentos e Aluguéis.

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo em 31/12/2019		Adições		Pagamentos		Juros e Atualização Monetária		Transferências		AVP		Baixas		Reversão		Saldo em 31/12/2020	
Circulante																		
Edifícios	424	14	(430)	(119)			271	11	(16)					(4)			151	
Veículos	238		(57)	(117)				5	(69)								-	
Total Circulante	662	14	(487)	(236)			271	16	(85)					(4)			151	
Não circulante																		
Edifícios	353		-	20			(271)	27									129	
Total Não circulante	353			20			(271)	27									129	

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e alugueis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Edifícios	
	Valor	Taxas (%)
Circulante		
2021	144	8,88%
Juros embutidos	7	
Total Circulante	151	
Não circulante		
2022	91	9,81%
2023	26	9,81%
Juros embutidos	12	
Total Não circulante	129	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	312	280
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(29)	(26)

Os contratos de arrendamentos e alugueis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13).

12.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de 13º salário, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

13.1 Composição do imobilizado

	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.961	(249.218)	445.743	2,00	694.961	(235.319)	459.642
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	334.371	(141.911)	192.460	2,24	334.371	(134.460)	199.911
Máquinas e equipamentos	3,11	431.171	(206.078)	225.093	3,12	431.171	(192.850)	238.321
Veículos	14,29	734	(599)	135	14,29	734	(548)	186
Móveis e utensílios	7,17	867	(118)	749	6,25	837	(55)	782
		1.579.863	(597.924)	981.939		1.579.833	(563.232)	1.016.601
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(309)	220	9,26	529	(292)	237
Máquinas e equipamentos	2,44	17.560	(10.872)	6.688	10,25	17.560	(10.533)	7.027
		18.089	(11.181)	6.908		18.089	(10.825)	7.264
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,03	1.458	(1.012)	446	12,45	1.458	(912)	546
Veículos	14,29	703	(568)	135	14,29	703	(482)	221
Móveis e utensílios	6,57	834	(281)	553	6,25	815	(231)	584
		2.995	(1.861)	1.134		2.976	(1.625)	1.351
Total do imobilizado em serviço		1.600.947	(610.966)	989.981		1.600.898	(575.682)	1.025.216
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	32,76	831	(529)	302	45,02	865	(288)	577
Veículos	50,00	235	(235)	-	50,00	235	(118)	117
Total Ativos de direito de uso		1.066	(764)	302		1.100	(406)	694
Imobilizado em curso								
Geração		24.695		24.695		17.898		17.898
Administração		125		125				-
Total do imobilizado em curso		24.820		24.820		17.898		17.898
Total do imobilizado		1.626.833	(611.730)	1.015.103		1.619.896	(576.088)	1.043.808

13.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Nota 12.1) descritos abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se a contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizada em Palmas; e (ii) à filial da Companhia localizada em São Paulo.

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

13.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido		Transf. para imobilizado em serviço		Depre- ciações		Reclas- sificação		Reversão		Valor líquido	
	Nota	31/12/2019	Ingressos	em serviço	Baixas	Reclas- sificação	Reversão	31/12/2020				
Imobilizado em serviço												
Terrenos		117.759										117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		459.642			(13.899)							445.743
Edificações, obras civis e benfeitorias		200.148			(7.468)							192.680
Máquinas e equipamentos		245.894			(13.667)							232.227
Veículos		407			(137)							270
Móveis e utensílios		1.366		48	(112)							1.302
Total do imobilizado em serviço		1.025.216		48	(35.283)							989.981
Ativos de direito de uso												
Edificações, obras civis e benfeitorias		577	14		(271)	(14)			(4)			302
Veículos		117			(117)							-
Total Ativos de direito de uso		694	14		(388)	(14)			(4)			302
Imobilizado em curso												
Máquinas e equipamentos		3.501	6.842				876					11.219
Adiantamento a fornecedores		899					(899)					-
Depósitos Judiciais	20.1.1.1	13.138										13.138
Outros		360	285	(48)		(178)	44					463
Total do imobilizado em curso		17.898	7.127	(48)		(178)	21		(4)			24.820
Total do imobilizado		1.043.808	7.141	-	(35.671)	(192)	21		(4)			1.015.103

14 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

14.1 Composição do intangível

	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	78	(76)	2	20,00	78	(73)	5
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	22.014	(11.216)	10.798	25,42	22.655	(8.343)	14.312
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(12.363)	7.774	3,22	20.137	(10.715)	8.422
		42.229	(23.655)	18.574		42.870	(20.311)	22.579
Administração								
Software	20,00	1.268	(1.067)	201	20,00	1.208	(968)	240
		1.268	(1.067)	201		1.208	(968)	240
Total do intangível em serviço		43.497	(24.722)	18.775		44.078	(21.099)	22.979
Intangível em curso								
Administração		406		406		385		385
Total do intangível em curso		406		406		385		385
Total do intangível		43.903	(24.722)	19.181		44.463	(21.099)	23.364

14.2 Movimentação do intangível

	Valor líquido		Transf. para intangível em serviço		Amorti- zações		Reclas- sificação		Reversão		Valor líquido	
	Nota	31/12/2019	Ingressos	em serviço	Baixas	Reclas- sificação	Reversão	31/12/2020				
Intangível em serviço												
Software		245			58	(100)						203
Direito de concessão - Licenças ambientais		14.312			(2.872)	(642)						10.798
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	14.2.1	8.422			(648)							7.774
Total do intangível em serviço		22.979			58	(3.620)	(642)					18.775
Intangível em curso												
Software		385	100	(58)			(21)					406
Total do intangível em curso		385	100	(58)			(21)					406
Total do Intangível		23.364	100	-	(3.620)	(642)	(21)					19.181

14.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi substituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

15 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de uso da rede elétrica	62	60
Materiais e serviços	4.410	3.260
Total	4.472	3.320

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

16 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos; quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios; quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais; quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores; quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em AGO, realizada em 30 de julho de 2020, a destinação do lucro líquido

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$3.879 (R\$2.704 em 2019). Para 2020 e 2019, a totalidade destes montantes referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Licenças ambientais	5.368	133	(3.879)	1.260	2.238	78	(642)	4.556
Circulante	9.113			2.237	(2.238)	1.018		10.130
Total	14.481	133	(3.879)	3.497	-	1.096	(642)	14.686

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$961.794. Para fins das demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 de R\$157.335 corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 17). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2020 face a 31 de dezembro de 2019. Segue a composição do Capital social:

	31/12/2020 e 31/12/2019									
	Em milhares de ações									
	Qtd de ações "ON"	% Partici-pação	Qtd de ações "PNR"	% Partici-pação	Qtd de ações "PNA"	% Partici-pação	Qtd de ações "PNB"	% Partici-pação	Qtd de ações "PNC"	% Partici-pação
Acionistas										
CEB Lajeado S.A.	80.440	7,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00	133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	2,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00	46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00	35.947	33,53
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45			6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13			1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
 - (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido apurado no exercício		34.442	72.075
Constituição da reserva legal - 5%	21.3	(1.722)	(3.604)
		32.720	68.471

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP	16	22.012	38.645
Lucro do exercício a deliberar	21.3	10.708	29.826
		32.720	68.471

Dividendos por ação ON - JSCP

Dividendos por ação PNR - JSCP		0,04696	0,05266
		0,01223	0,01223

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	21.3.1	14.473	14.473
		14.473	14.473

Reservas de lucros

Legal	21.2	54.252	52.530
Retenção de lucros	21.3.2	12.347	5.341
Lucro do exercício a deliberar	21.3.3 e 21.2	10.708	29.826
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	21.3.4	12.918	12.918
		90.225	100.615
		104.698	115.088

Total

21.3.1 Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$7.006 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 17.2.

21.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

21.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.3.5 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2019	Ganhos	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2020
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	146	69		215
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(49)		(22)	(71)
	97	69	(22)	144

22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

	Nota	MWh (*)		R\$	
		2020	2019	2020	2019
Suprimento de energia elétrica		39.346	35.517	8.925	7.082
Energia de curto prazo		1.230	3.502	174	785
Arrendamentos e aluguéis	6			152.373	198.930
Outras receitas operacionais				741	698
Receita operacional bruta		40.576	39.019	162.213	207.495
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita				(15.007)	(19.193)
ENC/COFINS				(15.007)	(19.193)
PIS/COFINS				-	-
Encargos do consumidor				(79)	(69)
P&D				(213)	(152)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(28)	(28)
Taxa de fiscalização				(320)	(249)
				(15.327)	(19.442)
		40.576	39.019	146.886	188.053

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

23 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2020			
		Custo do serviço Com energia elétrica	De operação	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda		1.148			1.148
Encargos de uso da rede elétrica		666			666
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.1	10.875		6.408	17.283
Material		944		124	1.068
Serviços de terceiros	23.2	7.319		3.123	10.442
Depreciação - Imobilizado em serviço	13.1	34.908		163	35.071
Depreciação - Ativos de direito de uso	13.1			379	379
Amortização		3.522		98	3.620
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1			373	373
Arrendamentos e aluguéis				(5)	(5)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(58)	(58)
Outras		5	224	1.472	(90)
Total		1.819	57.792	11.762	225

	Nota	2019			
		Custo do serviço Com energia elétrica	De operação	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda		51			51
Encargos de uso da rede elétrica		1.459			1.459
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.1	9.152		5.688	14.840
Material		931		97	1.028
Serviços de terceiros	23.2	6.562		4.003	10.565
Depreciação - Imobilizado em serviço	13.1	41.410		321	41.731
Depreciação - Ativos de direito de uso	13.1			401	401
Amortização		(1.448)		109	(1.339)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1			(620)	(620)
Arrendamentos e aluguéis				77	67
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				64	1.777
Outras		4	920	299	1.697
Total		1.514	57.527	11.430	1.186

23.1 Pessoal e Administradores

	2020	2019
Pessoal		
Remuneração	8.500	7.417
Encargos	2.997	2.498
Previdência privada - Corrente	379	384
Despesas rescisórias	309	120
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.647	1.247
Outros benefícios - Corrente	2.116	1.761
Outros benefícios pós-emprego	81	54
	16.029	13.481
Administradores		
Honorários e encargos	1.234	1.334
Benefícios dos administradores	20	25
	1.254	1.359
	17.283	14.840

23.2 Serviços de terceiros

	2020	2019
Serviços de consultoria	2.101	1.475
Serviços de manutenção	3.865	4.586
Serviços de limpeza e vigilância	1.369	1.308
Serviços ambientais	390	437
Serviços de informática	1.205	1.221
Serviços de publicação e publicidade	180	465
Serviços de transporte	94	303
Serviços compartilhados	661	676
Outros	577	94
	10.442	10.565

24 Resultado financeiro

	Nota	2020	2019
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.880	1.942
Energia vendida		91	83
Depósitos judiciais		26	32
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(104)	(162)
Outras receitas financeiras		385	903
		2.278	2.798

Despesas financeiras

Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(8.274)	(9.272)
Ajustes a valor presente	17.2	(7.690)	(7.451)
Juros e variações monetárias			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(2.028)	(3.587)
Uso do bem público	24.1	(13.942)	(6.027)
Outros juros e variações monetárias	24.1	(4.591)	(699)
Outras despesas financeiras		(187)	(464)
		(36.712)	

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(ii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações;

(iii) Arrendamentos e alugueis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iv) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

27.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuentes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP - Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP - Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco do Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns a quaisquer tipos de riscos.

No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados segundo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater o vício, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado dessa manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.1) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, os riscos significativos encontram-se controlados pelos motivos acima descritos, considerando que sua atividade principal é o arrendamento de sua usina, com preços definidos em contrato protegidos de inflação.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável					Saldo da exposição	
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)		
Aplicação financeira - CDB	CDI	87.772	772	772	192	384	(192)	(385)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	87.772	772	772	192	384	(192)	(385)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 1,8% e 6,0% a.a.

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado por os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2020					31/12/2019	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Fornecedores	3.888	424	160			4.472	3.320
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.404		1.404	1.027
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			5.108	15.393	78.090	98.591	92.320
Uso do bem público	448	1.108	4.855	27.812	24.548	58.771	50.189
Arrendamentos e alugueis	29	58	64	129	280	280	1.015
Licenças Ambientais	298	311	3.947	10.130	14.686	14.686	14.481
	4.663	1.901	14.134	54.868	102.638	178.204	162.352

27.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

27.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

27.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Concessionárias**
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.
- O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.
- **Rendas a receber**
O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menor sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Classificação da instituição financeira			
AAA		87.772	18.025
AA			18.818
	3	87.772	36.843

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos	98.591	92.320
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(88.552)	(37.862)
Dívida líquida	10.039	54.458
Total do Patrimônio Líquido	909.301	919.644
Total do capital	919.340	974.102
Índice de alavancagem financeira - %	1,09%	5,59%

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Feito caixa	Feito não caixa			Saldo em 31/12/2020
				Variação monetária e cambial	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	16	8.634	(28.674)			41.531	21.491
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17.2	92.320	(8.794)		7.690	7.375	98.591
Arrendamentos e alugueis	12.1	1.015	(487)	(216)	43	(75)	280
		101.969	(37.955)	(216)	7.733	48.831	120.362

	Saldo em 31/12/2018	Feito caixa	Feito não caixa			Saldo em 31/12/2019
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	22.910	(57.679)			43.403	8.634
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	93.311	(16.396)		7.451	7.954	92.320
Arrendamentos e alugueis	-	(388)	111	158	1.134	1.015
	116.221	(74.463)	111	7.609	52.491	101.969

28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2020	2019
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	18.711	5.858
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado	(509)	10.138
Constituição ou reversão de arrendamentos e alugueis no Imobilizado	(75)	1.134
Total	18.127	17.130

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	31/12/2020					31/12/2019	
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total geral	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	72				72		149
Obrigações de compra							
Materiais e serviços	13.173	10.906	899	82	25.060	400	24.242
Prêmio de risco - GSF				400	400		385
	13.245	10.906	899	482	25.532	482	24.776

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2020, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2020					31/12/2019	
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total geral	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	70				70		130
Obrigações de compra							
Materiais e serviços	12.728	11.727	1.087	136	25.678	872	21.238
Prêmio de risco - GSF				872	872		872
	12.798	11.727	1.087	1.008	26.620	872	22.240

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2020	31/12/2019
Seguro de vida	Aval de acionista	10.953	9.386
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia	433	363
		11.386	9.749

30 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovada pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	12.247	12.247	12.247	12.247
Usina	1.004.816	200.000	1.004.816	200.000
Linhas de Transmissão	3.888	3.888	3.888	3.888
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.101	1.101	1.101	1.101
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	10.953	(*)	9.385	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	Edison Antônio Costa Britto Garcia Conselheiro
--	---	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente e de Relações com Investidores	Rodolfo Collil da Cunha Diretor Vice-Presidente	Plácido Gonçalves Meirelles Junior Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação
Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Vice-Presidente de Controle	Alexandre Guimarães Diretor Vice-Presidente	Vitor Hugo Alexandrino da Silva Diretor Administrativo e Financeiro